

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ 43.335.774/0001-86

Relatório de Auditoria

São Paulo, 31 de março de 2025. Aos Senhores Acionistas, A Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Travessia" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Informações Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não registrou lucros ou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Apesar disso, a Diretoria entende que a empresa possui condições financeiras e patrimoniais adequadas para emprezar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Além disso, os compromissos financeiros relativos à sua manutenção estão sendo honrados com recursos próprios. Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res. CVM 162"), informamos que a empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Informações Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Ressaltamos que a Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para a Travessia Securitizadora Mercantil VI além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

Atenciosamente,

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80	16
Impostos a recuperar		2	-
Total do ativo circulante		82	16
Ativo não circulante			
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4, a)	31.077	21.324
Total do ativo não circulante		31.077	21.324
Total do ativo		31.159	21.340
Demonstrações do valor adicionado findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Recargas		4.693	2.689
Insusos adquiridos de terceiros		(4.693)	(2.689)
Custo dos serviços prestados		-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-	-
Valor adicionado bruto		-	-
Valor total adicionado		-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (Créditos Mercantis); (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (v) a gestão e administração dos Créditos Mercantis, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (vi) a aquisição e a alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (vii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (viii) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (ix) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (x) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas de 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FI, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913.0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo faz jus aos pagamentos das despesas, juros e principal das Debêntures emitidas pela Companhia. Atualmente, a Companhia possui duas emissões de debêntures. A primeira emissão consistiu em R\$ 500.000.000 (cinco bilhões) de debêntures da série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Em 02 de fevereiro de 2024, a companhia realizou a segunda emissão, emitindo 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) debêntures da série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Ambas as emissões garantem uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Autorização - Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31 de março de 2025. 2.2. Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. S estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. 2.3. Aparuração do resultado - As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indempnidos. 2.4. Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma categoria de ativos de liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-financeiros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são registrados como não circulantes. 2.7. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. 2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento - Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. 2.7.3. Empréstimos e recebíveis - São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. 2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC - A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF nº 218.18.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-

86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Camila Maria Oliveira - Diretora de Securitização

Declaração dos Diretores

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Thais de Castro Monteiro - Diretora de Compliance

Demonstrações do resultado exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacionais		9	4.693
Custo dos serviços prestados		10	(4.693)
Resultado bruto		-	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Resultado do exercicio		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,000	0,000

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercicio	-	-
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades		
Ganhos patrimoniais cotas de fundos	(2.187)	(702)
Desajuste sobre aquisição cotas	(2.506)	-
Juros sobre as debêntures	3.514	2.689
Prêmio de debêntures	1.179	(1.987)
Aumento/(redução) no ativo:		
Cotas de fundo de investimento imobiliário	(5.060)	(3.342)
Despesas antecipadas	(2)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Impostos e contribuições a recolher	1	(2)
Contas a Pagar	3	(3)
Partes relacionadas	10	-
Outras Obrigações	19	19
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.997)	(3.328)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures	5.060	3.342
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	5.060	3.342
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	63	14
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio	16	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio	80	16
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	64	14

Demonstrações do resultado abrangente exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercicio	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercicio	-	-

respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo ambas as Debêntures de séries únicas. Até o final de 31 de dezembro de 2024, a primeira emissão foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.740.522.508 (um bilhão, setecentos e quarenta milhões, quinhentos e oito mil) foram integralizadas até o encerramento do exercício. Na segunda emissão foram subscritas 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) debêntures até o encerramento do exercício. 5.2. Características das debêntures - a) Remuneração - As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. b) Garantia - Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo. c) Risco de crédito - Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa. Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. 5.3. Composição das obrigações com debêntures - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos das debêntures são apresentados da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercicio	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercicio	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022		31.032	21.279
Resultado do exercicio		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.032	21.279
Resultado do exercicio		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		31.032	21.279

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares em Reais)

	Capital social	patrimônio líquido	Total do
Saldos em 31 de dezembro de 2022			31.032
Resultado do exercicio			-
Saldos em 31 de dezembro de 2023			31.032
Resultado do exercicio			-
Saldos em 31 de dezembro de 2024			31.032

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contém a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Em maio de 2024, a IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmb

Jornal O DIA SP

Table with financial data for '11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS' including Repasse BNDES TULP + 2% a.a., Capital de giro 120% do CDI, Circulante, and Saldos iniciais.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ Nº 09.191.336/0001-53
Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp: (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente...

Table with financial data for '12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR' including Fornecedores nacionais diversos, Seguros a pagar, Onus variável a pagar, and Circulante.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS
31/12/2024 31/12/2023
Cofins 1.375 4.107
PIS 336 301
ISS 2.840 2.688

Table with financial data for '15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS' including Provisão para manutenção - circulante, AVP - provisão para manutenção, and Total.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023) está representado por 1.445.030.571 ações...

Table with financial data for '17. RECEITAS' including Pedágio em numeração, Pedágio por equipamentos eletrônicos, Vale pedágio, and Total.

18. GASTOS POR NATUREZA
31/12/2024 31/12/2023
Custos Despesas 418.123 350.351
Vale pedágio 10.589 10.736

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações contábeis
livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Table with financial data for '20. RESULTADO FINANCEIRO' including Receita financeira, Despesas financeiras, and Resultado financeiro líquido.

21. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros...

Table with financial data for '24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA' including Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, and Total.

25. INSTRUMENTOS FINANCIÉRIOS
Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido...

Table with financial data for 'Passivos financeiros não derivativos' including Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos bancários garantidos, and Total.

Table with financial data for 'Passivos financeiros não derivativos' including Caixa e equivalentes de caixa, Passivos financeiros não derivativos, and Total.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado ocorram como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Table with financial data for '31 de dezembro de 2024' including Caixa e equivalentes de caixa, Passivos financeiros não derivativos, and Total.

31 de dezembro de 2023
Aplicações de taxa variável
Empréstimos de taxa variável
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)

Table with financial data for '31 de dezembro de 2024' including Caixa e equivalentes de caixa, Passivos financeiros não derivativos, and Total.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 23C0-60DA-7E71-2560.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 23C0-60DA-7E71-2560.

Journal do Brasil

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 82.120.676/0001-83

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Almeida Junior" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Desempenho Operacional:** O 4T2024 foi de crescimento para os seis shoppings do grupo Almeida Junior. Em comparação com o 4T2023, as vendas das lojas aumentaram 14,1%. A Companhia também registrou crescimento significativo nas principais métricas do setor. O SAS e SSS (vendidas nas mesmas áreas e vendas nas mesmas lojas) apresentaram um crescimento no 4T2024 de 11,2% e 11,1%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O desempenho positivo dos aluguéis é fruto de steps-ups contratuais, aumento de aluguel complementar, diminuição substancial sobre descontos concedidos e melhor negociação do contrato de ocupação total médio aos loquistas em 2024 foi de 8,9% das vendas. Almeida Junior possui 95,4% de taxa de ocupação com um tenan mix de qualidade superior ao período pré-pandemia. Os bons resultados foram registrados em todas as seis unidades do grupo, que trouxeram novidades no mix de suas operações ao longo do ano. A Companhia possui 225 mil m² de ABL e detém 71% (setenta e um por cento) do "market share" do setor em Santa Catarina. Nosso atual portfólio dos shopping centers possui capacidade de expansão orgânica já definida, sendo que nos ativos existentes poderão atingir um total de 277 mil m² ABL. Por meio de expansões e melhorias (transformação de grandes áreas em ABL de loja de uso comercial "lucos" menores e com rentabilidades mais atraídas), somos capazes de aumentar a rentabilidade de nossos ativos. O primeiro shopping a ser expandido, já com licenciamento aprovado, é o Balaierão Shopping, que atingirá a área total de ABL de 52 mil m² ABL. **Desempenho Financeiro:** Nossa receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$299,8 milhões, um aumento de 4,9% (1,2% normalizado) comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Apresentamos um aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de 12,1% no Ajuste Ajustado e 12,8% no EBITDA Ajustado comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 normalizado, totalizando R\$271,8 milhões e R\$229,7 milhões, respectivamente. A normalização consiste em considerar no exercício de 2023 as mesmas participações dos shoppings após a operação do Filz AJ Malls ocorrida em dezembro de 2023. Vide abaixo a divulgação voluntária das informações de natureza não contábil denominada NOI, sendo:

		31/12/2023				
		31/12/2024	31/12/2023	% Δ	% Δ	
NOI Consolidado em R\$ (000)						
Recita Operacional		299.768	285.721	267.312	4,9%	12,1%
(-) Taxas de Administração		(14.094)	(13.008)	—	—	—
(-) Custos Operacionais		(15.553)	(17.270)	(7.460)	—	—
NOI antes da PERC		270.121	265.473	246.844	2,0%	9,4%
(+/-) PERC - Provisão para perda esperada para risco de crédito		(3.314)	(4.582)	(4.289)	—	—
NOI após PERC		266.807	260.161	242.555	2,6%	10,0%
Margem NOI		93,4%	95,4%	95,4%	—	—
(-) Ajuste repasse custo de locação estacionamento		5.016	—	—	—	—
NOI Ajustado		271.823	260.161	242.555	4,5%	12,1%
Margem NOI Ajustada		95,2%	95,4%	95,4%	—	—

		31/12/2023				
		31/12/2024	31/12/2023	% Δ	% Δ	
Balancos patrimoniais						
Ativo						
Ativo circulante		9.269	80.045	169.560	177.064	
Caixa e equivalentes de caixa		5,1	20	706	126.608	2.124
Aplicações financeiras		5,3	—	61.642	—	114.408
Contas a receber		6	5.716	7.814	36.535	40.405
Outros ativos		9	3.243,142	9.883	7.417	20.127
Ativo não circulante		—	—	2.950.460	4.588.207	4.317.930
Caixa restrito		5,2	—	169	—	—
Contas a receber de partes relacionadas		13	171.217	169	71.760	20.038
Contas a receber		6	2.606	1.416	11.569	9.435
Outros ativos		9	12.761	3.817	26.008	7.770
Outras contas a receber		10	10.773	10.773	10.773	—
Investimentos		7	2.238.952	2.158.481	—	—
Propriedades para investimento		8	772.805	768.479	4.457.225	4.255.354
Imobilizado		14	4.938	14.392	—	—
Total do ativo		3.223.411	130.050	4.757.767	4.494.994	—
Balancos patrimoniais						
Passivo						
Passivo circulante		100.404	523.971	153.807	590.575	
Dobédures		10	24.784	7.096	63.152	36.578
Empréstimos		15	816	560	2.500	508
Fornecedores		8	324	354	4.922	865
Salários, férias e encargos sociais		6	12	—	—	—
Tributos e contribuições sociais a recolher		11	504	518	9.010	29.460
Provisões diversas		5	5.337	4.036	5.884	4.555
Dividendos a pagar		15,d	67.961	508.835	67.961	508.835
Obrigações com o pagamento do arrendamento		7	681	598	—	—
Outras contas a pagar		17	17	213	1.425	2.037
Passivo não circulante		—	—	—	—	—
Dobédures		10	1.375.575	887.923	2.856.279	2.285.336
Empréstimos		—	—	—	—	—
Tributos e contribuições sociais a recolher		11	—	3	—	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12	234.281	232.995	1.244.779	1.181.805
Contas a pagar com partes relacionadas		13	—	1.018	—	2.327
Dividendos a pagar		15,d	445.000	—	445.000	—
Provisão para perda com investimento		7	3.192	1.892	—	—
Obrigações com o pagamento do arrendamento		14	731	731	—	—
Provisão para contingências		7,a	16.894	14.723	25.028	21.973
Patrimônio líquido		1.747.252	1.618.611	1.747.252	1.618.611	
Capital social		15,a	348.293	348.293	348.293	348.293
Ajustes de avaliação patrimonial		15,b	226.423	226.423	226.423	226.423
Reserva legal		15,b	69.659	69	69.659	69
Reservas de lucros a realizar		15,c	1.102.877	974.236	1.102.877	974.236
Participação de acionistas não controladores		—	—	—	429	472
Patrimônio líquido e participação de não controladores		1.747.252	1.618.611	1.747.681	1.619.083	
Total do passivo e patrimônio líquido		3.223.411	1.300.505	4.757.767	4.494.994	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. **Informações gerais sobre a Companhia:** **Contexto Operacional:** A Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, com sede em Araruama, Rua Faria Lima, nº 2277, cj. 1604, São Paulo (SP), e tem como atividade preponderante a) (i) exploração econômica e administração de shopping centers, condomínios, bens próprios e de terceiros; (ii) participação direta ou indireta em shopping centers; (iii) assessoria e consultoria empresarial, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, com relação a shopping centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (iv) locação de quiosques, vitrines e serviços de merchandising para shoppings centers e lojas; (v) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (vi) exploração e propriedade de mídias para publicidade de produtos próprios ou de terceiros; (vii) participação, administração e exploração de estações de veículos; (viii) construção e incorporação de shopping centers; e (ix) participação no capital de outras sociedades empresariais ou não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. No exercício de 2024, a Companhia conduziu o seguinte processo de incorporação: (i) a Companhia possui sazonalidade em suas operações. Historicamente, datas festivas e feriados, tais como Natal, Dia das Mães, entre outros acarretam impacto positivo nas vendas dos shopping centers; **b) Venda de Participação de Imóveis - Fundo AJ Malls:** Em novembro de 2023, o AJ Malls Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob forma de condomínio fechado, realizou a aquisição de participação nos seguintes shoppings da Companhia: • 62,0% do Neumark Shopping; • 3,35% do Garten Shopping; • 100% da participação societária • 17,85% do Continente Shopping; • 17,75% do Nações Shopping; • 0,91% do Balaierão Shopping. O valor total da aquisição foi de R\$299,466 (R\$33,694 considerando apenas a Controladora), sendo R\$103,754 (R\$17,870 na Controladora) utilizado para amortização extraordinária de dobédures (vide Nota 10), e os R\$205,760 remanescentes (R\$15,824 na Controladora), R\$180,002 (R\$4,422 na Controladora) já foram recebidos até 31 de dezembro de 2023, e o restante R\$22,759 (R\$1,402 na Controladora) está registrado em rubrica de outros ativos (vide item nota 2b) e eventos liquidado em até 18 meses em parcelas fixas. Como parte dessa transação a Companhia reconheceu ainda um ganho, líquido dos efeitos tributários, de R\$7,654 (perda de R\$5,525 na Controladora), vide Nota 19. Adicionalmente, a Companhia pagou imposto de renda e contribuição social sobre esta operação no valor de R\$2,325 e o montante de R\$8,634 será liquidado ao longo de 2024. Além disso, a Companhia reconheceu o imposto de renda diferido passivo no valor de R\$15,471 (na Controladora), vide Nota 11. **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 26 de fevereiro de 2025. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis (CNC) (CPA), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais da Controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas das demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos donos da Companhia. Contudo, não há alteração no patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no método histórico, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o inteiro mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em caso de arredondamento, pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Subitância Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras de cada controladora na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas as suas controladas. **2.1.3. Transações e saldos em moeda estrangeira:** Quando necessário, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários demonstrados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada no resultado do exercício. **2.1.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, diretos existentes que lhe garantem a total capacidade de dirigir as atividades pertencentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não em uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle e a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa de qualquer ágio ou passivo de natureza similar. Os efeitos das alterações de dados de controle são divulgados, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as controladas apresentadas no quadro abaixo:

	Abreviatura	Participação (%)	2024	2023
Controladas diretas:				
	SNB Participações S.A.	SPE NK	99,99%	99,99%
	Balaierão Camboriú Shopping Participações Ltda.	SPE BS	99,99%	99,99%
	GC Participações S.A.	SPE CS	99,99%	99,99%
	Joinville Shopping Participações S.A.	SPE GS	99,99%	99,99%
	Blumenau Norte Shop. Participações S.A.	SPE NR	99,99%	99,99%
	Almeida Junior Shopping Centers Ltda.	AI	100,00%	100,00%
	Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.	CSC	99,99%	99,99%
	Shopping Park Ltda.	Park	99,83%	99,83%
Controladas indiretas:				
	SCP Estacionamento Continente Shopping	SCP CS	85,00%	86,35%
	SCP Estacionamento Norte Shopping	SCP NR	86,50%	89,60%
	SCP Estacionamento Nações Shopping	SCP NS	85,00%	85,00%
	SCP Estacionamento Joinville Shopping	SCP GS	85,00%	85,00%

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

	31/12/2024	31/12/2023	- Norm. Fil.	Δ%	Δ%
Lucro líquido do exercício	177.463	148.939	131.938	19,2%	34,5%
(+) IRPJ/CSSL correntes e diferidos	84.085	(1.581)	(1.581)	—	—
(+) Resultado financeiro líquido	152.306	163.147	163.147	—	—
(+) Depreciação e amortização	2.745	2.696	2.696	—	—
416.329	313.201	296.200	—	—	—
EBITDA	416.329	400.537	383.536	3,9%	8,6%
Resultado da venda de participação em imóveis	—	87.336	87.336	—	—
(+) Adição do valor justo de propriedades para investimentos	(191.678)	(179.987)	(179.987)	—	—
(-)/ Ajuste repasse custo de locação estacionamento	5.016	—	—	—	—
EBITDA Ajustado*	229.657	220.550	203.549	4,1%	12,8%
82,7%	82,7%	81,8%	—	—	—

*** Sobre receita operacional líquida**

**** Antes do resultado não operacional de venda da fração de propriedades para investimentos**

Registro de Companhia aberta: Em novembro de 2021 a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), um marco importante para a Almeida Junior. Estamos confiantes e sem pressão, observando o mercado, analisando oportunidades e aguardando o melhor momento para fazermos o nosso IPO, afirma James Almeida Junior, CEO e fundador da Companhia. **Sustentabilidade:** O Grupo Almeida Junior tem firmado um compromisso contínuo com iniciativas que se alinham às melhores práticas ambientais e sociais. Acreditamos que o atual contexto global demanda não apenas ações pontuais de comportamento, mas uma reconfiguração integral em nossa maneira de pensar e agir. **Ambiental: Resíduos, Energia e Conservação Hídrica:** Na gestão de resíduos, nossos shoppings adotam um sistema abrangente de coleta seletiva, com lixeiras estrategicamente distribuídas para resíduos orgânicos, papel, metal, plástico, vidro e óleo de cozinha. Realizamos a coleta e separação mensal de toneladas dessas matérias, promovendo a reciclagem e redução de impacto ambiental. No âmbito da gestão energética, incorporamos em nossos projetos elementos como "skylights" para maximizar o aproveitamento da luz natural, luminárias LED de eficiência energética e automação da iluminação externa. Além disso, fomentamos tecnologias limpas com a instalação de centrais de recarga para carros elétricos nos estações. A captação de água da chuva e a preservação dos viveiros para recuperação de plantas utilizadas nos shoppings são outros pilares de nossa abordagem ambiental. **Social: Engajamento Comunitário e Solidariedade:** Destacamos a campanha "Viva o bem para viver", que incentiva a doação de roupas e agasalhos, recompensando os participantes com pontos no programa de fidelidade AJFans. A Árvore dos Sonhos, durante o Natal, é uma expressão tangível de nossa responsabilidade social, apresentando crianças de instituições beneficentes. Além disso, proporcionamos espaços nos shoppings para instituições de caridade, fortalecendo iniciativas que geram recursos financeiros para diversas causas sociais. **Nosso**

		31/12/2023				
		31/12/2024	31/12/2023	% Δ	% Δ	
Balancos patrimoniais						
Ativo						
Ativo circulante		9.269	80.045	169.560	177.064	
Caixa e equivalentes de caixa		5,1	20	706	126.608	2.124
Aplicações financeiras		5,3	—	61.642	—	114.408
Contas a receber		6	5.716	7.814	36.535	40.405
Outros ativos		9	3.243,142	9.883	7.417	20.127
Ativo não circulante		—	—	2.950.460	4.588.207	4.317.930
Caixa restrito		5,2	—	169	—	—
Contas a receber de partes relacionadas		13	171.217	169	71.760	20.038
Contas a receber		6	2.606	1.416	11.569	9.435
Outros ativos		9	12.761	3.817	26.008	7.770
Outras contas a receber		10	10.773	10.773	10.773	—
Investimentos		7	2.238.952	2.158.481	—	—
Propriedades para investimento		8	772.805	768.479	4.457.225	4.255.354
Imobilizado		14	4.938	14.392	—	—
Total do ativo		3.223.411	130.050	4.757.767	4.494.994	
Balancos patrimoniais						
Passivo						
Passivo circulante		100.404	523.971	153.807	590.575	
Dobédures		10	24.784	7.096	63.152	36.578
Empréstimos		15	816	560	2.500	508
Fornecedores		8	324	354	4.922	865
Salários, férias e encargos sociais		6	12	—	—	—
Tributos e contribuições sociais a recolher		11	504			

***continuação**

grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou (b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferiu o controle sobre o ativo. b) **Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem Fornecedores, debêntures e empréstimos, obrigações com pagamentos de arrendamentos e outras contas a pagar. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 24. Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como fornecedores, debêntures e empréstimos ou outras contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e empréstimos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, debêntures e empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou extinta. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais à taxa de juro implícita das mesmas refletidas nos dados de mercado. A taxa de reconhecimento em cada evento econômico e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.7. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia e suas controladas registram as operações de shopping centers, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros. O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade. Trimestralmente, a Companhia monitora os eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revisadas, tais como, inauguração de projetos *greenfields*, expansões dos empreendimentos ou variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outros. Se não for identificado tais eventos, anualmente, a Companhia reavalia com expertise especializada e independente, suas propriedades para investimento. O valor justo das mesmas reflete os dados de mercado à data de balanço, reconhecidos em eventos econômicos de ganhos e perdas no resultado de cada exercício. **3.7. Investimentos em controladas:** Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém controle. Deter controle é o poder de tomada de decisões sobre políticas operacionais da investida, entre outros. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará essas fatos, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. A participação nos resultados das controladas está destacada como resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado, representando a parcela do lucro líquido atribuído aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.8. Imobilizado: Os itens do imobilizado são apresentados ao custo de aquisição. Formação ou construção, construção com empreendimento, aquisição, manutenção, e suas respectivas alterações são tratadas como *(impairment)*, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando os gastos incorridos com reparos e manutenções relevantes, os custos são reconhecidos no valor contábil do imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis, os valores mensurados confiáveis e os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais gastos de reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, como segue:

Máquinas e equipamentos 10 anos
Veículos 05 anos

Móveis e utensílios e instalações 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.9. Custo dos empréstimos:** Custos de juros, encargos financeiros e outros custos referente aos empréstimos e financiamentos obtidos e diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até o momento da entrada em operação dos bens. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando o prazo de desconto de curto prazo ou, quando aplicável, o custo médio nominal de capitalização, para o ativo que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, exceto os já registrados. **3.11. Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sem risco significativo de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento inicialmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem o vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas em equivalente de caixa, são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. **3.12. Caixa restrito:** O caixa restrito consistia em valores retidos mensurados a valor justo por meio do resultado, utilizados como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos, que seriam utilizados na liquidação de parcelas de empréstimo. **3.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância para o caso em análise, a avaliação dos custos de defesa e da contratação de advogados, e suas revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, justificando o aumento ou o decréscimo de cada demonstração financeira e as demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insuamos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (custo de equivalência patrimonial, receitas financeiras e resultado de dividendos). A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 27 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada a intenção no Brasil de adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação e em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser controlada por uma entidade pública. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do termo, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições Financeiras, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e

*continuação

duas séries, da 2ª (segunda) emissão da Almeida Junior Shopping Centers S.A. para colocação privada. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção dos *covenants* financeiros previstos nos documentos de securitização. O *covenant* financeiro deste contrato, prevê a manutenção de dívida líquida máxima em função dos resultados de recebíveis de imóveis de forma que a cobertura de *covenant* não seja inferior a ser definido e posteriormente ratificado em assembleia geral extraordinária. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente, é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre/média das PMTs) inferior a 1,10x. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava adimplente com o cumprimento em decorrência do saldo da sua dívida. (c) Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Blumenau Norte Shopping Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção de *covenant* financeiro previsto nos documentos de securitização relativo à manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2024. (d) Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Náçoes Shopping Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata de assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção de *covenant* financeiro previsto nos documentos de securitização relativo à manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2024. (e) Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Náçoes Shopping Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata de assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção de *covenant* financeiro previsto nos documentos de securitização relativo à manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2024. (f) Em 09 de setembro de 2020 a controladora Joinville Shopping Participações S.A. realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, em duas séries (CRI 114 e CRI 115), para colocação privada. Sendo o *covenant* financeiro deste contrato, prevê a manutenção de dívida líquida máxima em função dos resultados de recebíveis de imóveis de forma que a cobertura de *covenant* não seja inferior a ser definido e posteriormente ratificado em assembleia geral extraordinária. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente é o Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre/média das PMTs) mínimo de 1,25x. (i) Em 27 de agosto de 2024 foram emitidas debêntures simples, não conversíveis em ações, lastreadas em CRIs para distribuição privada, pela controladora Almeida Junior Shopping Centers S.A. Esta debênture possui alienação fiduciária de 51% da fração ideal do imóvel, de propriedade da Almeida Junior Shopping Centers S.A. onde está construído o Joinville Garten Shopping, em Joinville. O Índice Financeiro deste contrato deve ser igual ou inferior a 4,75x. Não será caracterizado como um Evento de Vencimento Antecipado a não observância do Índice Financeiro se a Dívida Líquida não ultrapassar o valor de R\$25.000. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente é o Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre/média das PMTs) mínimo de 1,25x. (j) Em 29 de agosto de 2024 foram emitidas debêntures simples, não conversíveis em ações, lastreadas em CRIs para distribuição privada, pela controladora Almeida Junior Shopping Centers S.A. Esta debênture possui alienação fiduciária de 51% da fração ideal do imóvel, de propriedade da Almeida Junior Shopping Centers S.A., onde está construído o Neumarkt Shopping, em Blumenau, e cessão fiduciária de recebíveis do empreendimento Neumarkt Shopping e cessão fiduciária de recebíveis do empreendimento Neumarkt Shopping, também do titularidade da Almeida Junior. Em agosto de 2024 a Companhia efetuou a liquidação total destas debêntures. (h) Em 27 de agosto de 2024, a controladora Joinville Shopping Participações S.A. realizou a emissão de uma nova série subordinada de debêntures lastreadas em CRIs para colocação privada. Esta debênture possui cessão fiduciária e alienação fiduciária de 81,65% da fração ideal do imóvel, de propriedade da Almeida Junior Shopping Centers S.A., onde está construído o Joinville Garten Shopping, em Joinville. O Índice Financeiro deste contrato deve ser igual ou inferior a 4,75x. Não será caracterizado como um Evento de Vencimento Antecipado a não observância do Índice Financeiro se a Dívida Líquida não ultrapassar o valor de R\$25.000. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente é o Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre/média das PMTs) mínimo de 1,20x. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o cronograma de desembolsos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
de 13 a 24 meses	23.050	32.391	67.486	61.200
de 25 a 36 meses	26.943	32.794	87.761	89.262
de 37 a 48 meses	37.302	36.176	105.961	100.944
Apos 48 meses	588.322	533.862	879.533	805.652
	675.657	635.900	1.140.741	1.076.971

11. Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	–	–	4.193	10.286
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	–	–	1.552	4.461
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	–	–	5.745	14.747

Outros tributos:

Parcelamento de impostos/recuperação fiscal - REFINIS	–	14	848	1.911
PIS/COFINS	461	436	1.872	13.088
IRPJ	35	47	447	434
Outros	8	31	71	15,60
	504	518	3.265	15.560
	504	518	9.010	30.307
	504	518	9.010	29.460

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Circulante

Não circulante

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

como usual no curso normal dos seus negócios. Além das causas detalhadas abaixo, não há nenhuma outra considerada como relevante. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou a base de processos e refletiu algumas mudanças de perspectivas de perdas. *Causa Mariália*: A Companhia e outros figuram como partes do Processo nº 1143239-30.2003.8.13.0672 e correlatos envolvendo a Massa Falida de Mariália Corvini Ltda. e de Mariália Empreendimentos Ltda. e de Mariália Empreendimentos (Massa Falida de Mariália). A Companhia foi envolvida nos referidos processos em razão da parceria comercial entre Mariália Construtora e NBS Shopping Centers Ltda ("NBS") para a edificação do Shopping Neumarkt Blumenau, em 1991. A Mariália era detentora de 19,09% do capital social da NBS e de 126 debêntures de emissão da SNB Participações S.A., conversíveis em fração ideal de 1,26% do imóvel registrado sob nº 22.139 perante o RGI de Blumenau/SO ("Fração Ideal de 1,26% do Imóvel" e "Imóvel", respectivamente - empreendimento originado do Shopping Neumarkt Blumenau). Em 1996, em função da quebra da affectio societatis, a Companhia delibou pela exclusão da Mariália da sociedade NBS. Em 2000, com a decretação da falência da Mariália, foi determinada a arrecadação da participação oriunda detida pela mesma na NBS, resultando nas diversas perdas litigiosas que envolveram a Companhia, a NBS, a SNB e o Condomínio. Em 2012, foi realizado laudo judicial dos bens arrecadados e a Companhia arrematou a integralidade das 19,09% das quotas da NBS oriunda detidas pela Mariália. Os principais processos envolvem incidentes processuais específicos sobre: (i) apuração de haveres eventualmente não pagos a Massa Falida de Mariália em decorrência da sua participação no quadro societário da NBS, desde a sua exclusão (1996) até a data da arrematação em laudo de sua participação pela Companhia (2012), cuja responsabilidade seria da NBS (societária não controlada pela Companhia); ainda em fase de pericia; (ii) a restituição de ativos da Companhia que foram indevidamente arrecadados e tornados indisponíveis na Falência, incluindo 3,5518% do Shopping Neumarkt; (iii) multa eventualmente devida por suposto descumprimento da decisão judicial que havia determinado à SNB que conversasse as 126 debêntures de titularidade da Massa Falida de Mariália em fração ideal do Shopping Neumarkt, também de responsabilidade da SNB, cuja cobrança foi atastada pelo TJMG no âmbito do agravo de instrumento nº 0839311-35.2020.8.13.0000; (iv) multa eventualmente devida por suposto descumprimento da decisão judicial que determinou ao Condomínio Civil do Shopping Neumarkt ("Condomínio") que depositasse em nome do pagamento dos supostos dividendos devidos à Massa Falida de Mariália em nome da Companhia as debêntures, cuja cobrança foi limitada pelo TJMG no âmbito do agravo de instrumento nº 0834034-33.2020.8.13.0000, estando pendente a apreciação do recurso especial nº 2111530, interposto pelo Condomínio, a fim de que seja reconhecida a invalidez da cobrança da referida penalidade, e; (v) honorários sucumbenciais (objeto do incidente processual nº 2874856-71.2008.8.13.0672) estabelecidos na extinta impugnação ofertada pela NBS à arrecadação da participação da Mariália no seu quadro societário. A Companhia destaca que (i) as únicas cobranças atualmente existentes são líquidas (ii) todas as cobranças em que houve intimação da SNB, do Condomínio ou da NBS para pagamento foram devidamente garantidas por se tratar de ato ou fiança bancária, estando pendentes de análise impugnatória nos recursos por que haja o reconhecimento da inexistência e/ou inexistência desses débitos. A chance de perda desses processos é classificada pelos advogados da Companhia como possível, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento dos valores que serão apurados em fase de liquidação de sentença, os quais, neste momento, sequer podem ser estimados. *Causa Sistel*: A Companhia, objetivando a declaração de seu direito, em 28 de maio de 2003 propôs ação ordinária nº 0025039-34.2003.8.26.0506 perante a 8ª Vara Cível da comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, contra a Fundação Sistel de Segurança Social ("Sistel"), visando ao pagamento dos supostos dividendos devidos à Massa Falida de Mariália em nome da Companhia e de outras ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) *Reserva de lucros*: Reserva legal e reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. *Reserva de lucros a realizar*: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. Em 30 de abril de 2024, através de Assembleia Geral ordinária, a Companhia alterou o limite de 250.000,00 (duzentos mil reais) para o limite de R\$250.000,00 de 2023, sendo o lucro excedente aos valores distribuídos destinados à reserva de lucros a realizar. O ajuste de avaliação patrimonial: Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pelo valor justo da propriedade para investimento, ocorridos antes do exercício de 2010. Em decorrência de adoção do IFRS, a partir de 2010, os ajustes do valor justo da propriedade para investimento, passaram a ser registrados diretamente no ajustado. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (liquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado ao ajuste do valor justo da propriedade para investimento é de R\$226.423 em 31 de dezembro de 2024 (R\$226.423 em 2023).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Jaimes Bento de Almeida Junior	129.999.999	99,999	129.999.999	99,999
JAJ Brasil Investimentos e Part. Ltda	1	0,00001	1	0,00001
Total das ações	130.000.000	100,00000	130.000.000	100,00000

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração em 2024, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) *Reserva de lucros*: Reserva legal e reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. *Reserva de lucros a realizar*: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. Em 30 de abril de 2024, através de Assembleia Geral ordinária, a Companhia alterou o limite de 250.000,00 (duzentos mil reais) para o limite de R\$250.000,00 de 2023, sendo o lucro excedente aos valores distribuídos destinados à reserva de lucros a realizar. O ajuste de avaliação patrimonial: Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pelo valor justo da propriedade para investimento, ocorridos antes do exercício de 2010. Em decorrência de adoção do IFRS, a partir de 2010, os ajustes do valor justo da propriedade para investimento, passaram a ser registrados diretamente no ajustado. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (liquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado ao ajuste do valor justo da propriedade para investimento é de R\$226.423 em 31 de dezembro de 2024 (R\$226.423 em 2023).

Resultado líquido do exercício da controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	–	–
Base de cálculo do dividendo mínimo	171.522	144.553
	25%	25%
	42.881	36.138

Dividendo mínimo obrigatório

condições de admissões para propostas

Total dos dividendos a serem distribuídos

Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos mínimos obrigatórios foram de R\$42.881, sendo que deste montante R\$21.994 já tiveram deliberação em AGE e pagos durante o exercício de 2024. Em 30 de junho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a postergação da data limite para pagamento do saldo de dividendos declarados a pagar

Jornal O DIA SP

–* continuação

administração de capital saudável, a Companhia tem a política de preservar liquidez com o monitoramento próximo do fluxo de caixa de curto e longo prazo. Para isto, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alteração quanto à política de administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a exigências externas impostas de capital. Segue o quadro do índice de endividamento, que demonstra a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	1.203.893	1.113.549
Empréstimo	–	2.521
Caixa e equivalentes de caixa	(125.608)	(2.124)
Aplicação financeira	–	(114.408)
Caixa restrito	(90)	(169)
Dívida líquida	1.078.195	999.369
Patrimônio líquido	1.747.681	1.619.083
Índice de endividamento líquido	61,7%	61,7%

25. Arrendamentos mercantis operacionais: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia arrenda espaços em shopping centers, como arrendamento operacional. Esses arrendamentos possuem, via de regra, prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com opção de renovação do arrendamento após esse período. Excepcionalmente podem ter contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas. Os pagamentos de arrendamento

mentos mínimos são reajustados anualmente, de acordo com índices de mercado. Adicionalmente, em alguns arrendamentos, proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local. Os aluguéis mínimos futuros a faturar sobre os arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Ano	31/12/2024		31/12/2023	
2024	–		112.261	27%
2025	123.638	29%	103.040	25%
2026	111.710	26%	88.329	21%
2027	85.457	20%	57.151	14%
Após 2028	102.730	25%	55.357	13%
	423.535	100%	416.138	100%

26. Informações por segmento: Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e gerenciamento de atividades de shopping centers, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os empreendimentos da Companhia estão representados por seis shoppings ("malls") e, embora sejam geradas informações por empreendimento (tais como faturamento e despesas) os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: (i) As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia são extraídos dos registros contábeis de cada empresa, sendo avaliado individualmente para cada empresa; (ii) Todos os empreendimentos estão localizados na região sul do Brasil,

mais especificamente no Estado de Santa Catarina; (iii) São shoppings construídos principalmente para o atendimento à população das classes denominadas A e B. O segmento de Shopping Centers é consolidado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e engloba as atividades que estão associadas ao empreendedor do shopping. As receitas geradas estão subdivididas pelas seguintes naturezas, sendo: aluguel, estacionamento, prestação de serviços e outras receitas. O desempenho do segmento é medido com base no resultado bruto de suas demonstrações financeiras consolidadas, bem como decisões estratégicas também são tomadas com base em indicadores consolidados das atividades de shopping. **27. Transações que não afetam caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Dividendos recebidos (Nota 7)*	6.243	–
Amortização de debêntures (Nota 1b e 9)	(17.870)	(96.706)
Propriedade para investimentos (Nota 1b e 8)	225	73.948
Outros ativos (Nota 1b)	11.402	22.758

(*) Do montante de R\$52.521 de dividendos distribuídos pela Controladora Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., R\$6.243 não teve efeito caixa, sendo destinado diretamente para pré-pagamento da debênture da Controladora.

Contador

Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09

Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Jaimes Bento de Almeida Junior - Diretor Presidente

Remi Kalber Junior - Diretor de Relação com Investidores

Aos Acionistas e Diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** Em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota Explicativa 8, o saldo de propriedades para investimento, mensuradas ao seu valor justo, totalizava R\$ 772.805 mil, representando 24% do total do ativo da Controladora, e R\$ 4.457.225 mil, representando 94% do total do ativo do Consolidado. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram julgamento significativo e foram baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia, as quais incluem o desempenho atual e histórico dos contratos com locatários, projeções de receitas futuras de aluguel, condições de mercado, taxas de ocupação e taxas de desconto, dentre outros. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos dos ajustes ao valor justo no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, ao elevado grau de julgamento associado ao assunto e à determinação das principais premissas descritas na Nota Explicativa 8. Uma mudança em alguma dessas premissas poderia gerar um impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Como nossa auditoria concluiu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria na avaliação das premissas, que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor justo das propriedades para investimento; (b) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e avaliadores externos, comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (c) a verificação da exatidão dos cálculos aritméticos das projeções; (d) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (e) a análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas; (f) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor justo, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; (g) a comparação do valor justo adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (h) a avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas consideradas para a determinação do valor justo dessas propriedades para investimento adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O-6
Roberto Martorelli
Contador CRC-RJ106103/O

Shape the future
with confidence



TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 82.73.077/0001-71

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., submeteu à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes. O desempenho financeiro operacional tem como principais destaques: (i) crescimento da margem líquida para 52,8%, impulsionado pelo resultado positivo das controladas, via equivalência patrimonial e aumento da receita líquida de vendas em 8,4%; (ii) maior investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo sua representação sobre a receita líquida da Companhia de 9,6% em 2024 (8,5% em 2023), reforçando o compromisso do grupo em inovação; (iii) aumento das despesas comerciais e marketing sobre a receita líquida para 26,7%, variando 400 pb em relação a 2023.

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais). Table with columns for Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, and Total do Ativo/Passivo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

1. Contexto operacional - A TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., ("TOTVS Large" ou "Companhia"), sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas, através do desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataforma de produtividade e colaboração, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, assessoria, treinamento e projetos de informatização.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações contidas em relação à Companhia.

2.2. Base de preparação e apresentação: A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 25 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Resumo das práticas contábeis materiais: A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes para a Administração. a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia domiciliada no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As atualizações decorrentes de variação cambial das participações em controladas localizadas no exterior são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. b) Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

2.4. Instrumentos financeiros e passivos financeiros: A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do custo a receber que mensura ao preço de transação, e, subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio de seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48 - instrumentos financeiros, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes" e "Demais contas a receber", além de "Fornecedores e outros passivos". Desreconhecimento: Um ativo financeiro é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar intencionalmente os fluxos de caixa e perdas, não sendo significativa a transferência em termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. d) Contas a receber de clientes: O contas a receber de clientes estão apresentados a valores de acordo com as práticas contábeis de avaliação financeira. Os valores são avaliados a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas condições, riscos e tecnologias que possam resultar em deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ativo cujo período de expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ativo é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 13). f) Investimentos: Os investimentos em controladas são contabilizados a custo de aquisição e são, inicialmente, avaliados ao custo reconhecido pelo seu valor de custo e são consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. g) Intangíveis e Ativos: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido no demonstrando do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica avaliada em relação à perda por redução ao valor recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, sua data em que o benefício econômico relacionado ao ativo é realizado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Combinação de negócios e Aquisição: A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida para obter o controle ou a participação de interesse, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado. Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e o passivo assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor ou o custo dos ativos líquidos adquiridos (compra vantajosa), a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ativo faz parte de uma unidade geradora de caixa, cada uma das unidades dessa unidade for alienada, o ativo associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ativo alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para redução do valor recuperável. Os gastos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais). Table showing changes in equity components like Reservas de Lucros, Ajustes de avaliação patrimonial, and Saldo in 2024 and 2023.

2.5. Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 2024, and 2023, showing income statement items like Receita líquida de software, Lucro antes tributação do imposto de renda, and Caixa gerado nas operações.

2.6. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 2024, and 2023, showing cash flow items like Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

2.7. Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 2024, and 2023, showing comprehensive income items like Lucro (Prejuízo) líquido do exercício and Resultado abrangente do exercício.

2.8. Restituições societárias - 4.1. Exercício da opção de compra das ações da subsidiária RD Station: Em 7 de maio de 2024, a Companhia aceitou uma opção de compra de 100% da participação societária devida pelos acionistas fundadores da subsidiária RD Station, correspondente a 337.981 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$258.880.

2.9. Instrumentos financeiros dos ativos e passivos financeiros - 5.1. Análise dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Tabela de comparação dos instrumentos financeiros da Companhia, mostrando valores justos por meio do resultado e custos amortizados para 2024 e 2023.

2.10. Saldo no início do exercício: Complemento de provisão no exercício

Tabela de saldos iniciais e finais do exercício para 2024 e 2023, incluindo itens como Baixa de provisão por perdas, Incorporação de controlada, e Tributos a recuperar.

2.11. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

Tabela de reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social para 2024 e 2023.

2.12. Saldo no início do exercício: Despesa da demonstração de resultado

Tabela de saldos iniciais e finais do exercício para 2024 e 2023, incluindo itens como Incorporação de controlada, Saldo no início do exercício, and Saldo no final do exercício.

2.13. Saldo no início do exercício: Saldo no final do exercício

Tabela de saldos iniciais e finais do exercício para 2024 e 2023, incluindo itens como Saldo no início do exercício e Saldo no final do exercício.

2.14. Saldos e transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2024 são assim demonstrados:

Tabela de saldos e transações com partes relacionadas para 2024 e 2023, com sub-totais para 2024 e 2023.

2.15. Investimentos - Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

Tabela de investimentos em sociedades controladas para 2024 e 2023.

2.16. Movimentação da conta de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e como segue:

Tabela de movimentação da conta de investimentos para 2024 e 2023.

2.17. Juros pós Caixa e CPR (i)

Tabela de juros pós caixa e CPR para 2024 e 2023.

2.18. Títulos Vendidos

Tabela de títulos vendidos para 2024 e 2023.

2.19. Juros pós Titulos públicos

Tabela de juros pós títulos públicos para 2024 e 2023.

2.20. Juros pós Derivativos

Tabela de juros pós derivativos para 2024 e 2023.

2.21. Mercado interno

Tabela de mercado interno para 2024 e 2023.

2.22. Mercado externo

Tabela de mercado externo para 2024 e 2023.

2.23. Contas a receber bruto

Tabela de contas a receber bruto para 2024 e 2023.

2.24. Contas a receber líquido

Tabela de contas a receber líquido para 2024 e 2023.

2.25. Participação acionária

Tabela de participação acionária para 2024 e 2023.

2.26. Resultados do exercício

Tabela de resultados do exercício para 2024 e 2023.

2.27. Saldo de Investimentos em:

Tabela de saldo de investimentos em 2024 e 2023.

Jornal O DIA SP

... continuação

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2023	Adições (ii)	Dividendos (iii)	Equivalência patrimonial			Amort. de PPA (i)	Total	Variação Cambial	Reestruturação societária	2024
				Patrimonial	Amort.	de PPA (i)					
WS	27.362	152	(3.221)	6.535	(2.056)	4.479	-	28.772	-	-	28.772
TOTVS Hospitality	90.121	-	(4.244)	4.239	-	4.239	232	90.294	(54)	-	90.294
RJ Participações	45.108	-	(2.023)	2.787	-	2.787	125	45.997	-	-	45.997
CMNet Participações	4.234	-	-	(782)	-	(782)	1.168	4.620	-	-	4.620
RD Station	1.840.911	108.530	-	94.931	(30.995)	63.936	628	2.114.005	-	-	2.114.005
Lexos	17.631	555	-	(7.397)	-	(441)	(7.838)	10.348	-	-	10.348
Total	2.125.367	109.237	(9.488)	100.313	(33.492)	66.821	2.153	2.294.036	(54)	-	2.294.036

(i) O saldo do ágio e os intangíveis provenientes das controladas estão apresentados na composição do Investimento da Companhia. A amortização de ágio sobre mais valia de ativos no exercício foi de R\$33.492 (R\$32.656 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Refere-se ao aumento de capital e/ou adiantamento para futuro aumento de capital. (iii) Dividendos recebidos são apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de Investimentos.

12. Intangível – Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Ativos de desenvolvimento	Outros	Ágio	Total
Custo							
Saldos em 2022	30.015	814	18.518	34.267	-	122.150	205.764
Adições	-	-	-	4.278	-	4.278	8.556
Incorporação de controlada	6.970	-	1.395	2.090	2.503	13.116	26.074
Saldos em 2023	36.985	814	19.913	40.635	2.503	135.266	236.116
Adições	-	-	-	1.915	-	1.915	3.830
Baixas	-	-	-	(6.193)	-	(6.193)	(12.386)
Saldos em 2024	36.985	814	19.913	36.357	2.503	135.266	231.838
Amortização							
Saldos em 2022	(29.862)	(388)	(16.178)	(34.267)	-	-	(80.695)
Amortização do exercício	(739)	(30)	(363)	(815)	(375)	-	(2.327)
Incorporação de controlada	(2.532)	-	(286)	-	-	-	(2.818)
Saldos em 2023	(33.133)	(418)	(16.827)	(35.082)	(375)	-	(85.835)
Amortização do exercício	(740)	(30)	(253)	(841)	-	-	(3.664)
Incorporação de controlada	-	-	-	841	-	-	841
Saldos em 2024	(33.873)	(448)	(17.080)	(36.357)	(874)	-	(88.632)
Valor residual							
Saldos em 2024	3.112	366	2.833	-	1.629	135.266	143.206
Saldos em 2023	3.852	396	3.086	5.553	2.128	135.266	150.281
Taxa média ponderada de amortização anual	8,64%	8,35%	10,39%	-	20,00%	-	-
Vida útil média (em anos)	8	24	11	-	5	-	-

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

13. Análise do valor recuperável de ativos – O teste de impairment é realizado anualmente, e não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Os investimentos e ágio da TOTVS Large se concentram em três UGCs definidas da seguinte forma: • **UGC Gestão** – Operação de software onde a TOTVS Large está inserida na sua controladora TOTVS e suas subsidiárias; • **UGC RD** – Inclui as operações da RD Station e a Tallis que foi incorporada ao longo do ano; • **UGC Lexos** – representa investimento na subsidiária Lexos, empresa voltada para gestão, otimização e automação para o segmento comercial; Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. As principais premissas usadas no estimativa do valor em uso são: • **Taxa de desconto** – representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram refletidos no custo de capital; • **Perpetuidade** – a taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções foi entre 5,5% e 5,6%.

14. Obrigações sociais e trabalhistas – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	4.709	5.508	4.709	5.508
Férias a pagar	10.619	9.653	10.619	9.653
Participação nos resultados e bônus	4.117	3.772	4.117	3.772
IRRF a recolher	3.077	2.902	3.077	2.902
Outros	256	233	256	233
Total	22.778	22.068	22.778	22.068
Obrigações sociais	1.975	1.510	1.975	1.510
Total	24.756	23.578	24.756	23.578

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	4.709	5.508	4.709	5.508
Férias a pagar	10.619	9.653	10.619	9.653
Participação nos resultados e bônus	4.117	3.772	4.117	3.772
IRRF a recolher	3.077	2.902	3.077	2.902
Outros	256	233	256	233
Total	22.778	22.068	22.778	22.068
Obrigações sociais	1.975	1.510	1.975	1.510
Total	24.756	23.578	24.756	23.578

Gilsomar Maia Sebastião – Diretor

Aos Acionistas e Diretores da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. – São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras

TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A.

16. Provisões para contingências
16.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais: A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e civis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia. O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	2024	2023
Tributárias	2.018	1.524
Trabalhistas	14.106	14.819
Cíveis	2.337	4.050
Total	18.461	20.393

a) Movimentação das provisões: A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 2022	820	15.343	4.574	20.737
(+) Complemento de provisões	727	675	81	1.483
(+) Atualização monetária	80	1.153	255	1.488
(-) Reversão de provisão não utilizada	(3)	(1.716)	(644)	(2.363)
(-) Baixa por pagamentos	(100)	(636)	(216)	(952)
Saldos em 2023	1.524	14.819	4.050	20.393
(+) Complemento de provisões	450	695	249	1.394
(+) Atualização monetária	96	925	315	1.336
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(1.120)	(23)	(1.143)
(-) Baixa por pagamento	(52)	(1.213)	(2.254)	(3.519)
Saldos em 2024	2.018	14.106	2.337	18.461

A Companhia mantém depósitos judiciais relacionados a processos judiciais classificados no grupo de ativo não circulante no montante de R\$1.887 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.546 em 31 de dezembro de 2023).

16.2. Contingências possíveis: Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validade pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2024	2023
Tributárias	28.150	27.846
Trabalhistas	13.501	12.597
Cíveis	20.654	20.546
Total	62.305	60.989

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de R\$2.125.000 (R\$2.010.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.844.401.198 (1.729.401.198 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade à TOTVS S.A.

b) Reserva de capital: Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
Total	45.536	54.855

c) Destinação do Lucro: A Companhia constituiu R\$8.190 de reserva legal, R\$38.901 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$116.701 de reserva de retenção de lucros, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que serão submetidas à aprovação em AGO – Assembleia Geral Extraordinária. **d) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
Total	45.536	54.855

Lucro líquido do exercício da controladora de R\$ 640

Lucro líquido após apropriação da reserva legal

Dividendos propostos pela Administração

18. Plano de remuneração baseado em ações – A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações de sua controladora TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Nos programas vigentes, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, sendo que durante o

período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. Os planos em vigência são: (i) Programa ILP Destaques, (ii) Programa ILP Master e (iii) Programa ILP Performance. Do valor total de R\$9.265 registrado em reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 é composto por: R\$8.379 (R\$2.716 em 31 de dezembro de 2023) referente ao plano de remuneração baseado em ações da Companhia e o valor de R\$886 (R\$3.335 em 31 de dezembro de 2023) é referente ao plano de remuneração de ações de suas subsidiárias.

19. Receita bruta – A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	2024	2023
Receita bruta	354.169	326.890
Cancelamentos	(3.931)	(3.620)
Impostos incidentes sobre vendas	(39.981)	(37.086)
Deduções	(43.812)	(40.706)
Receita Líquida	310.257	286.184

(i) As informações de receitas de software recorrentes e taxa de licenciamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados para melhor comparabilidade conforme mencionado na nota 2.4.

20. Custos e despesas por natureza – A Companhia apresenta as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2024	2023
Natureza		
Salário, benefícios e encargos	127.934	116.612
Serviços de terceiros e outros insumos (i)	47.887	38.589
Comissões	2.812	2.928
Depreciação e amortização	4.123	3.185
Provisão (reversão) para contingências	251	(880)
Provisão para perda esperada	6.182	2.143
Outras (ii)	(678)	4.797
Total	188.511	167.374

(i) As informações de custos de softwares do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificadas para melhor comparabilidade conforme mencionado na nota 2.4; (ii) Esta rubrica contempla os ajustes referentes a obrigações por aquisição de investimentos, sendo R\$17.187 de reversão em 31 de dezembro de 2024 (R\$131 em 31 de dezembro de 2023) conforme mencionado na nota 15.

21. Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram como segue:

	2024	2023
Receitas financeiras	2024	2023
Juros de aplicações financeiras	74.914	69.832
Variação monetária ativa	2.220	3.104
Ajuste a valor presente	47	99
Variação cambial ativa (ii)	(6.779)	785
Outras receitas financeiras	4	-
Total	13.618	28.613

(i) Estorno da variação cambial referente à venda da antiga subsidiária Bematech BIC.

22. Evento subsequente – Em 13 de março de 2025, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, para alienar a totalidade de sua participação, correspondente a 80% de ações ordinárias de emissão da RJ Participações S.A., para a Bus Serviços de Agendamento S.A., pelo montante de R\$49.600, sujeito a ajustes. O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Hudson Basilio Magri – Contador CRC 1SP304325/O-6

Wagner Bottino
Contador
CRC 1SP196907/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 25 de março de 2025

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
 A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 02/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/feloes-publicidade-legal>



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2024

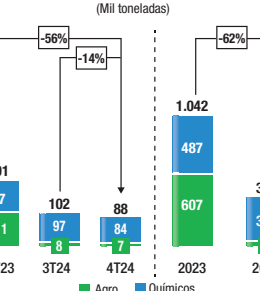
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T24 & 2024

São Paulo, 31 de março de 2025 - A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2024. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

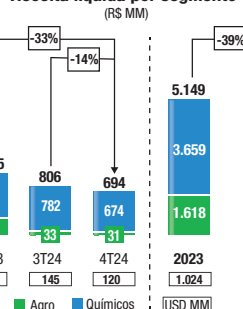
CONTEXTO OPERACIONAL
O ano de 2024 foi marcado pelo redimensionamento das operações da Unigel, executada ainda no primeiro semestre de 2024 com intuito de focar recursos nas operações que apresentaram margens positivas. Combinado a isso, atuamos ativamente na busca por oportunidades de redução dos gastos com unidades que foram paralisadas em função da redução dos spreads internacionais que inviabilizam exportações de determinados produtos.

Volume de venda por segmento

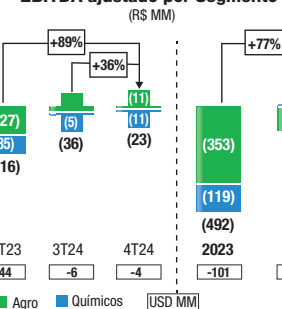


Neste contexto, a receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, redução de 39% na comparação com mesmo período do ano anterior, em função principalmente da paralização das operações do segmento Agro, que resultou da redução de 92% na receita líquida do segmento. Na comparação com 3T24, quando as operações já estavam redimensionadas, a receita líquida consolidada apresentou retração de 14%, principalmente em função de redução de 14% na receita de estrênicos, explicada pelo menor período de vendas em função dos feriados de fim de ano.

Receita líquida por segmento



EBITDA ajustado por Segmento



EBITDA Ajustado consolidado da Unigel totalizou um prejuízo de R\$ 111 milhões em 2024, explicado principalmente pelos gastos remanescentes relacionados às plantas do segmento Agro, que totalizaram um prejuízo de R\$ 108 milhões no mesmo período. No segmento Químicos, o EBITDA Ajustado totalizou um resultado positivo de R\$ 12 milhões, com uma contribuição positiva do negócio de Estrênicos de R\$ 69 milhões, contraposto pelo resultado negativo do negócio de Acrílicos, em R\$ 56 milhões, principalmente em função das despesas fixas relacionadas às plantas hibernadas. No trimestre, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou um prejuízo de R\$ 23 milhões, principalmente explicado pelas perdas de R\$ 11 milhões no negócio Agro e de R\$ 12 milhões no negócio de Acrílicos. Olhando adiante, prevemos um ambiente ainda muito desafiador para 2025 e 2026. Para o negócio de Estrênicos, pressão sobre os spreads internacionais, causada pela sobreoferta de produtos chineses, combinado com uma competição mais intensa no mercado local, impedem a retomada da margem para palamares históricos. Em Acrílicos, entre janeiro e fevereiro de 2025 observou-se uma abrupta queda no spread de acrílonitrila, que coloca em dúvida a retomada da operação que estava prevista para 2026. Por fim, no segmento Agro, esperamos concluir as negociações com a Petrobras, eliminando as despesas relacionadas às plantas hibernadas.

VENDA DA OPERAÇÃO DE CHAPAS ACRÍLICAS NO MÉXICO

A Companhia concluiu a venda da Plásticos de México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação; e (iv) parcela retidas em garantia de forma contábil. Dessa forma o valor líquido recebido pelo grupo na transação foi de US\$ 85 milhões. Os recursos líquidos da venda serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Em 30 de janeiro de 2025, a Unigel concluiu o processo de recuperação extrajudicial iniciado em 20 de fevereiro de 2024, com a apresentação de planos de recuperação extrajudicial, conforme adotados (os "Planos de RE"), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O fechamento da operação ocorreu após a conversão de R\$ 5,1 bilhões da dívida antiga em novos instrumentos financeiros, que possibilitou desalavancagem de cerca de 50% para a Unigel. Adicionalmente, a maior parte dos US\$ 100 milhões captados, após as devidas retenções (backstop fee), juntos aos credores que elegeram opção A nos Planos de RE ("Credores Opção A") será destinada para conclusão da construção da planta de Ácido Sulfúrico, redimensionamento do capital de giro e fortalecimento do caixa da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A composição do Conselho de Administração passou a contar para 2026. Por fim, sendo três indicados da Cigel Participações S.A., três indicados dos Credores Opção A e um membro independente eleito em conjunto pelos credores e pela Cigel Participações S.A. Ainda no âmbito da reestruturação, Roberto Noronha Santos passa a ocupar uma das vagas no conselho e Dario Gaeta foi nomeado como Diretor Presidente a partir desta data.

NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with columns: Cargo, Nome, Indicação, Início Mandato, Prazo Mandato. Lists board members like Daniel Zilberknop, Marc Buckingham-Szlezinger, Roberto Noronha Santos, etc.

Importante ressaltar que, em função da data do fechamento da operação, os números das demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2024 não refletem qualquer impacto da implementação do plano concluído em 30 de janeiro de 2025. Os Planos RE estão disponíveis na íntegra no site da Unigel em https://ri.unigel.com.br/plano-de-reestruturacao/

RESULTADO CONSOLIDADO

Summary table of consolidated results showing metrics like Receita Bruta, Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, Despesas, and Resultado Financeiro for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, representando redução de 39% na comparação com 3T24, também explicado pela paralização das plantas do segmento Agro, que resultaram na redução de 92% na receita líquida do segmento no mesmo período. Na comparação trimestral a receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 694 milhões em 4T24, representando reduções de 33% na comparação com 3T23, em função da paralização do segmento Agro, e de 14% na comparação com 3T24, em função da redução de 16% na receita líquida de Estrênicos, explicado pelo período reduzido de vendas em função dos feriados de fim de ano.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

Segundo os movimentos de volume explicados anteriormente, o CPV da Unigel totalizou R\$ 3,28 bilhões em 2024, representando redução de 42% na comparação com mesmo período do ano anterior. No trimestre, o CPV totalizou R\$ 723 milhões, redução de 42% na comparação com 4T23 e de 15% na comparação com 3T24, também seguindo as movimentações da receita. Com isso, o prejuízo bruto consolidado da Unigel totalizou R\$ 30 milhões no 4T24, acumulando um prejuízo de R\$ 129 milhões em 2024, ainda explicado principalmente pelos gastos remanescentes com plantas hibernadas, especialmente do segmento Agro.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram uma despesa de R\$ 206 milhões em 2024, redução de 25% na comparação com mesmo período de 2023. No trimestre, o SG&A totalizou uma despesa de R\$ 43 milhões, representando uma redução de 40% na comparação 4T23 principalmente em função da venda da operação do México. Na comparação com 3T24, o aumento de 13%, ou R\$ 5 milhões, é explicado por provisões para contingências.

OUTRAS RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais totalizaram R\$ 244 milhões em 2024, explicado pelo resultado contábil da venda da operação de chapas acrílicas no México, comparado a um resultado negativo de R\$ 807 milhões em 2023, relacionado principalmente ao impairment das plantas do segmento Agro. No 4T24, outras despesas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 34 milhões, relacionado principalmente a impairment e venda de ativos.

EBITDA AJUSTADO

Table showing Adjusted EBITDA by segment and consolidated for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes rows for Resultado líquido, Imposto de renda, Resultado financeiro, Depreciação e amortização, EBITDA, Margem EBITDA, and Resultado na venda de ativos e impairment.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia totalizou uma perda de R\$ 23 milhões no 4T24, acumulando uma perda de R\$ 111 milhões em 2024. Os resultados negativos para os períodos ainda são explicados pelos gastos remanescentes das plantas do segmento Agro, que resultaram em EBITDA Ajustado negativo para o segmento de R\$ 11 milhões no 4T24 e de R\$ 108 milhões no acumulado de 2024. O EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou R\$ 12 milhões em 2024, representando melhora significativa comparado ao mesmo período do ano anterior (quando apresentou resultado negativo de R\$ 119 milhões), suportado pela operação de Estrênicos que, embora ainda sofra com spreads abaixo dos níveis históricos, atingiu resultado positivo de R\$ 66 milhões em 2024. No trimestre, o EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou uma perda de R\$ 11 milhões, principalmente em função do impacto de custos fixos com plantas hibernadas do negócio de Acrílicos.

RESULTADO FINANCEIRO

Table showing financial results including Receitas financeiras, Aplicações financeiras, Juros ativos, Descontos obtidos, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras, Despesas de juros sobre financiamentos, Juros sobre passivos de arrendamento, Impostos e despesas bancárias, Juros passivos, and Outras despesas.

O resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos totalizou uma despesa de R\$ 833 milhões em 2024, um crescimento de 41% em comparação com mesmo período do ano anterior, explicado principalmente por um aumento nas despesas de juros sobre financiamentos, em função de (i) efeito de capitalização de juros para investimentos (Capex) realizada até 2023, mas sem efeitos para 2024 em razão da paralização dos projetos; (ii) captações de dívidas realizadas ao longo de 2023 e; (iii) provisões de despesas com juros e encargos de linhas de crédito vencidas.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial

Table showing Cash Flow Operational - Managerial for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes rows for EBITDA Ajustado, Itens não-recorrentes e/ou não-caixa, EBITDA "Caixa", and Fluxo de caixa das atividades operacionais.

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período (2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Table showing Cash Flow Statement for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes rows for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, Fluxo de caixa e equivalentes de caixa, Fluxo de caixa operacional de operações mantidas para venda, Ajuste de conversão (CTA), Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa, Saldo de caixa no início do período, and Saldo de caixa no encerramento do período.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
O fluxo de caixa das atividades operacionais, que inclui pagamento de juros e imposto de renda, totalizou um consumo de R\$ 379 milhões em 2024, explicado pelos resultados negativos e utilização de parte dos recursos da venda da operação de chapas acrílicas no México para recomposição gradual do capital de giro da Companhia, que vinha bastando restrigido desde o ano de 2023 como forma de preservar liquidez, em detrimento de uma operação mais eficiente.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou uma entrada de R\$ 453 milhões em 2024, em função da venda da operação de chapas acrílicas no México. CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma saída de R\$ 65 milhões em 2024, explicado principalmente pelo pagamento de contratos de leasing.

ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

Table showing Debt and Leverage metrics for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes rows for Divida líquida e Alavancagem, Circulante, Não Circulante, Divida Bruta, Swap Accrual, Caixa e Equivalentes, Divida Líquida, and EBITDA Ajustado (LTM).

(=) Alavancagem financeira n.m. n.m. n.m. n.m. n.m. n.m.
A dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5,88 bilhões em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 35% na comparação com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, explicado, principalmente (i) aumento de 28% na taxa de câmbio de fechamento dos respectivos períodos, com impacto direto na dívida indexada ao Dólar Americano; (ii) pela provisão de juros não pagos no período e; (iii) conversão de determinados instrumentos de derivativos em dívida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Large table showing Balance Sheet (Patrimônios) for 31/12/2024 and 31/12/2023. Divided into Circulante (Circulante and Não circulante) and Não circulante sections.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table showing Income Statement (Demonstrações dos Resultados) for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes rows for Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Prejuízo bruto, Despesas de vendas, Despesas administrativas, Reversão (provisão) de perdas de créditos estimada, Reversão de / (Perdas com) impairment de ativo imobilizado, Outras (despesas) receitas operacionais, Receitas (despesas) operacionais, Equivalência patrimonial, Prejuízo antes dos resultados financeiros e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Resultado financeiro líquido, Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social, Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Imposto de renda e contribuição social, Prejuízo líquido do exercício, Prejuízo por ação básico e diluído - R\$, and Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table showing Comprehensive Income Statement (Demonstrações dos Resultados Abrangentes) for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes rows for Saldos em 1 de janeiro de 2024, Prejuízo líquido do período, Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários, Resultados abrangentes, Ajustes de conversão em operações no exterior, Perdas de hedges de fluxo de caixa, Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos), Saldos em 31 de dezembro de 2024, Reserva de Lucros, Saldos em 1 de janeiro de 2023, Prejuízo líquido do período, Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários, Resultados abrangentes, Ajustes de conversão, Hedges de fluxo de caixa, Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos), Destinações: Compensação de prejuízos, Saldos em 31 de dezembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Table showing Comprehensive Income Statement (Demonstrações dos Resultados Abrangentes) for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes rows for Prejuízo do exercício, Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado, Operações no exterior - Ajustes de conversão, Ganhos (perdas) de hedge de fluxo de caixa, Ganhos atuariais dos planos de benefício definido, Resultados abrangentes totais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



continuação...

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	-	-	3.980.426	5.809.193
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	3.677.471	5.788.112
Outras receitas	-	-	309.534	20.648
Reversão (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.579)	433
Insumos adquiridos de terceiros	(6.949)	(5.059)	(3.462.077)	(6.535.679)
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	-	-	(2.828.194)	(4.882.338)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(456.186)	(710.743)
Recuperação (perdas) de valores ativos	-	-	(65.187)	(791.508)
Outros	(6.949)	(5.059)	(112.510)	(151.900)
Valor adicionado (consumido) bruto	(6.949)	(5.059)	518.349	(726.486)
Depreciação e amortização	(12.831)	(8.135)	(191.488)	(293.452)
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	(19.780)	(13.194)	326.861	(1.019.938)
Valor adicionado recebido em transferência	(1.689.305)	(2.219.514)	39.870	40.225
Resultado de equivalência patrimonial	(1.690.840)	(2.219.943)	-	-
Receitas financeiras	1.635	429	39.870	40.225
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731	(979.713)
Distribuição do valor adicionado (consumido)	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731	(979.713)
Pessoal	-	-	243.598	272.186
Remuneração direta	-	-	187.939	140.570
Benefícios	-	-	47.916	114.318
FGTS	-	-	7.371	6.414
Outros	-	-	372	10.884
Impostos, taxas e contribuições	6.200	116.511	46.622	-
Federais	6.200	(43.822)	(160.969)	-
Estaduais	-	-	160.333	207.569
Municipais	-	-	-	22
Remuneração de capitais de terceiros	153.479	95.524	1.869.186	1.035.911
Despesas financeiras	153.479	95.524	1.869.186	1.035.911
Remuneração de capital próprio	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
Prejuízo do exercício	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia" e sociedade anônima de capital fechado, com registro no Conselho de Fatores Mobiliários ("CVM") tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominadas como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A., que detém 99,9% das ações. A Companhia é uma empresa "holding" sendo controladora das seguintes controladas: a) fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de agronegócios, e de fertilizantes na cadeia de agronegócios ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladora, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional, contudo, há eventos ou condições que indicam a existência de um risco relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (i) **Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 3.116.958 (R\$ 1.245.748 em 31 de dezembro de 2023), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$ 1.862.564, respectivamente (margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$ 1.862.564 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, a Companhia possui dívidas de R\$ 51.172,73 (R\$ 51.172,73 em 31 de dezembro de 2023), geração de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 378.861 (R\$ 452.077 em 31 de dezembro de 2023), e um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 6.081.149 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 4.208.587 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram impactados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira ("SELIC") nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros. Além disso, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram: • **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado desde 2023 condições econômicas desafiadoras, incluindo a alta ou a manutenção em nível elevados, dos preços das suas matérias-primas, tanto no mercado local quanto no mercado internacional, enquanto os preços de venda dos seus produtos no mercado internacional e no mercado interno sofreram significativas reduções. Neste contexto, a Companhia vem concentrando seus esforços na preservação de sua liquidez e entre as principais medidas adotadas, destacam-se a paralisação de operações que geravam margens operacionais negativas. Em dezembro de 2024, a produção das duas plantas de Agro situadas, respectivamente, em Camaçari/BA e em Larangeiras/SE e, ainda, a planta de acrilonitrila, situada em Camaçari/BA, continuavam paralisadas. Além disso, a planta de metacrilatos, localizada em Camaçari/BA, também teve suas operações paralisadas em julho de 2024. No mesmo mês, também foram interrompidas as operações de importação de monômeros acrílicos, bem como, o Grupo tem atendido as demandas do mercado interno para o produto acrilonitrila, por meio de revendas mediante importação de tal produto, gerando margem operacional positiva. • **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento de indicadores financeiros (covenants) em novembro de 2024. Como resultado, determinados instrumentos financeiros em dívida em virtude do não pagamento deles na data dos seus vencimentos, tanto em relação ao Bond quanto para as debêntures, culminando na solicitação de antecipação de pagamento por parte de seus credores. A Companhia através da implementação do plano de recuperação extrajudicial no mês de janeiro de 2025, reestruturou suas dívidas. • **Descumprimento de covenants:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir. (iii) **Contexto de continuidade operacional:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir.

(i) **Contexto de continuidade operacional:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir. (iii) **Contexto de continuidade operacional:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir. (iii) **Contexto de continuidade operacional:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir. (iii) **Contexto de continuidade operacional:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)						
	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo líquido do período	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)	-	-
Ajustes para:						
Depreciação e amortização	22	12.831	8.135	191.484	293.452	-
Juros de arrendamentos	24	3.348	959	36.441	36.432	-
Provisões de contingências	22	232	313	35.729	28.800	-
Provisões (reversões) ambientais e reembolso a cobrar	23	-	-	(2.196)	17.346	-
Provisões (reversões) de estoques	9	-	-	(366)	(3.656)	-
Impostos correntes e diferidos	12	-	-	(59.691)	(346.299)	-
Perda (reversão) de créditos estimada	8	-	-	6.579	(433)	-
Derivativos	24	-	-	230.135	530.897	-
Juros provisionados e variação cambial	24	147.362	92.026	1.488.548	364.827	-
Juros sobre impostos parcelados	24	-	-	25.066	60.245	-
Resultado na venda de ativos	23	-	-	(299.463)	1.796	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	1.690.840	2.219.943	-	-	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado	14	-	-	62.591	716.968	-
Baixa definitiva de ativos	14	-	-	-	73.948	-
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	24	-	-	(21.996)	(2.734)	-
Encargos sobre duplicatas descontadas	24	-	-	59.415	45.753	-
Juros benefício pós-emprego	-	-	-	2.532	-	-
Juros de fornecedores	24	-	-	40.775	32.485	-
Variações em:						
Contas a receber de clientes	8	-	-	16.771	157.496	-
Estoque	9	-	-	(15.357)	328.423	-
Ativos e passivos fiscais	2	2.807	11.038	57.976	(36.194)	-
Créditos contratuais	-	-	-	-	(63.628)	-
Fornecedores	17	20.269	1.682	(218.220)	(86.967)	-
Demais ativos e passivos de curto e longo prazo	-	200	755	(8.107)	28.244	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	15.325	419	(233.898)	(158.231)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Juros pagos	16	(28)	(37.992)	(144.885)	(293.715)	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(78)	(131)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades operacionais	15.297	(37.573)	(378.861)	(452.077)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	-	-	(1.887)	(95.594)	(491.835)
Recebimentos por vendas de ativo	-	-	-	-	520.697	5.935
Dividendos de operações mantidas para venda	-	-	-	-	28.701	-
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	-	-	-	-	(750)	(724)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	-	(1.887)	453.054	(486.624)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação de empréstimos e debêntures	16	-	-	489.857	1.392.670	-
Pagamentos de empréstimos e debêntures	16	(174)	(156)	(459.767)	(661.916)	-
Efeito caixa de derivativos	-	-	-	-	(323.325)	-
Pagamentos de arrendamento	15	(11.037)	(9.058)	(94.925)	(124.523)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(16.090)	-	(16.090)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	-	-	(4.265)	52.940	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(15.476)	27.636	(64.835)	266.816		
Fluxo de caixa líquido						
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	6.966	(9.560)	-
Transferência de caixa para operações mantidas para venda	-	-	-	-	(61.283)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	244	12.068	165.836	908.564		
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65	244	182.160	165.836		

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 250.657 (R\$ 43.916 em 31 de dezembro de 2023); (ii) Adições e renegociações de ativos de diverito em uso no valor de R\$ 12.746 (R\$ 50.153 em 31 de dezembro de 2023); (iii) Não houve capitalização de juros de empréstimos no período findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 98.853 em 31 de dezembro de 2023); (iv) Transferência de derivativos para dívida no valor de R\$ 29.269 (R\$ 306.092 em 31 de dezembro de 2023). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança do Grupo. A Administração acredita que com a implementação do Plano Reestruturado fortaleceu significativamente a posição financeira do Grupo e proporcionou uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a construção do projeto de nova planta de Ácido Sulfúrico no Estado da Bahia. Em relação aos ajustes operacionais e perspectivas futuras, a Companhia está em processo de retomada dos investimentos remanescentes para a conclusão e partida do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico durante o último trimestre de 2025, assim como, com base nas projeções futuras de mercado que indicam melhora nos preços de químicos, espera-se recomposição gradativa das margens operacionais no segmento de Químicos. Apesar do avanço e aprovação dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e de suas controladas, a continuidade

Empresas	País	31/12/2024	% Participação
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%	
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	
Unigel Inc.	EUA	99,9%	
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%	
Unigel Acrilatos, S.A. de C.V.	México	99,9%	

2. Eventos subsequentes

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). **2.2. Declaração de relevância:** A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado a orientação técnica OPCP 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações não exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela entrega de um passivo em uma transação organizada entre participantes ativos no mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, entende com base na divulgação realizada na nota 1 relacionado ao plano de reestruturação, que possui recursos para existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem as operações das controladas mencionadas na nota 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do saldo de estoques, quando aplicável, incluindo de vendas entre empresas consolidadas. **2.5. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela administração em 24 de março de 2025.**

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, em Luxemburgo e nos Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 15 - Perda de instrumentos financeiros em carteira de negociação:** O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados. • **Nota explicativa nº 14 - Imobilizado:** O Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno, além da avaliação de impairment através do valor em uso versus valor contábil, ao menos uma vez ao ano ou quando há indícios de mudanças significativas dos ativos. • **Nota explicativa nº 12 - Provisão para Riscos Fiscais, Gerações e Ambientais:** reconhecidas com base no reconhecimento de contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos. **4.3. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MP Nº 05.303.439/0001-07

continuação...

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2023, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2024. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

O saldo remanescente de transferências, em 31 de dezembro de 2023, está substancialmente relacionado a transferência para operações mantidas para venda.

14.3. Projetos em andamento: O principal projeto em andamento do Grupo é a nova planta de ácido sulfúrico com investimentos de R\$ 641.769 (R\$ 637.999 em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores empregados entre imobilizado em andamento e adiantamento de fornecedores. A expectativa de conclusão dessa planta foi revista para final do 2º semestre de 2025.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

15. Direito de uso e passivo de arrendamento

Table with 5 columns: Consolidado, Plantas industriais, Tanques e armazéns, Outros, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições e baixas, Reajustes contratuais e cambiais, Transferências, Ajuste de conversão, Impairment, Amortização.

Impairment de contratos de arrendamento: A controlada Proquigel possui contratos para arrendar ativos relacionados ao segmento Agro como o arrendamento das plantas de fertilizantes nitrogenados, além dos terminais marítimos e uma termelétrica.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

15.2. Passivo de arrendamento:

Table with 5 columns: Consolidado, Plantas industriais, Tanques e armazéns, Outros, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições e baixas, Reajustes contratuais e cambiais, Juros, Ajuste de conversão, Transferências, Pagamentos.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

15.3. Contraprestações futuras:

Table with 10 columns: 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, Após 2029, Total. Rows include Plantas industriais, Tanques e armazéns, Outros.

A inflação foi projetada considerando os contratos futuros de IPCA disponíveis no site da B3.

16. Empréstimos e debêntures

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

Em 2017, o Financial Conduct Authority ("FCA"), órgão regulador do Reino Unido, anunciou o fim da taxa Libor overnight para diversas moedas em dezembro de 2021, e o fim da Libor para dólar ocorreu de forma definitiva em 2023.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

17. Fornecedores

Table with 7 columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Baixas, Transferências, Ajuste de Conversão, Saldo em 31/12/2023. Rows include Edifícios, Máquinas e equipamentos, Instalações e instrumentos, Equipamentos de TI, Veículos, Móveis e utensílios, Benefetórias, Materiais de reposição.

17.1. Obrigações contratuais: Conforme exposto na nota explicativa 1 - Contexto operacional, em novembro de 2019, a Unigel, através de sua controlada Proquigel, firmou contrato de arrendamento de unidades de fecclassificou nitrogenado da Petrobrás para o passivo circulante.

dezembro de 2023, garantindo a suspensão das obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento. Em seguida, a Companhia, instaurou um arbitragem conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais.

18. Passivo fiscal corrente

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include ICMS, IPI, PIS e COFINS, REFIN - Lei nº 11.941/09, REFIN - Lei nº 13.043/14, Parcelamentos tributários - PRT e PERT, Parcelamentos estaduais PEP, Litígio Zero, Parcelamentos federais, Imposos em subsidiárias no exterior, Imposto de renda (IRPJ), Contribuição social (CSLL), Outros.

18.1. Parcelamentos de impostos: Programa de regularização tributária - Lei nº 11.941/09:

Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09. REFIN da Copa - Lei nº 13.043/14: Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e reparcelamento de débitos federais de acordo com a Lei nº 13.043/14 (Refin da Copa).

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include 2025, 2026, 2027, Após 2027.

REQ - Regime especial da indústria química:

Durante 2023 e 2024, o Grupo adquiriu matérias-primas (benzeno, eteno, benzeno, propano) no mercado de balcão, incutindo, por meio do regime especial REQ, no entanto, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento do benefício para o período de janeiro de 2023 em diante, devido ao não cumprimento dos requisitos para manutenção do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho nas empresas do Grupo participantes do referido regime especial.

19. Depósitos judiciais e provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e ambientais

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos seus negócios. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletiu a saída de recursos provisória esperada.

19.1. Depósitos judiciais:

O Grupo registrou um valor de R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2023 em depósitos judiciais, substancialmente, vinculados a processos tributários.

19.2. Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e ambientais:

Table with 5 columns: Consolidado, Processos trabalhistas, Processos tributários, Processos civis, Processos ambientais, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Adições e reversões, Baixa por pagamentos, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições e reversões, Baixa por pagamentos, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Processos trabalhistas:

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

Processos tributários:

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

Processos ambientais:

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro.

Processos trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em aproximadamente 217 (218 em 31 de dezembro de 2023) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisões para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 40.495 (R\$ 37.205 em 31 de dezembro de 2023).

Processos tributários:

O Grupo faz parte de determinados processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiça.

Processos ambientais:

O Grupo não registrou provisões para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 40.495 (R\$ 37.205 em 31 de dezembro de 2023).

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 23C0-60DFA-7E71-2560.

Documentos assinados e certificados eletronicamente. ICP Brasil logo. A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 02/04/2025. Confira no MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida no lado direito da página.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/23C0-6DFA-7E71-2560> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 23C0-6DFA-7E71-2560



Hash do Documento

AFAAD551A1993F2C0567FC63DFE7AF69175D5CBA46AC498F9C13378301F54D0E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 02/04/2025 00:06 UTC-03:00
Nome no certificado: O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

